



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE GEOGRAFIA

LAYANE VICTÓRIA SILVA DA SILVA

**A ABERTURA DA PESCA NO RIO GOIABATUBA E SEUS EFEITOS
SOCIOECONÔMICOS NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS (IGARAPÉ-MIRI/PA)**

ANANINDEUA – PA
2025

LAYANE VICTÓRIA SILVA DA SILVA

**A ABERTURA DA PESCA NO RIO GOIABATUBA E SEUS EFEITOS
SOCIOECONÔMICOS NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS (IGARAPÉ-MIRI/PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção de grau de Licenciatura em Geografia,
Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares

ANANINDEUA - PA

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade concedida e por ter guardado e guiado cada passo meu ao longo da minha jornada acadêmica.

À minha família: meu pai, Manuel Cruz; minha avó, Wanda Carvalho; e meu irmão, Matheus Victor — obrigada por sempre me incentivarem e compreenderem minha ausência em prol dos meus estudos. À minha amada mãe, Cristiani Cruz, cuja trajetória acompanhei desde criança, testemunhando todo seu esforço para me proporcionar oportunidades. Não há palavras que consigam mensurar a gratidão que sinto por sempre segurar minha mão e dizer: “Filha, vai. Eu dou um jeito por aqui”.

Precisei vivenciar essa jornada de crescimento pessoal e profissional longe do seu aconchego, ultrapassando medos e dificuldades, para compreender que “vencer na vida” não se conjuga no singular, mas sim no plural. Eu vou vencer, pois todos que vieram antes de mim vencem comigo.

Agradeço ao Daniel Oliveira, que acompanhou minha trajetória desde o cursinho até a graduação, tornando-se minha inspiração como profissional da educação, pela sua dedicação e amor pela profissão. Seu apoio foi essencial para que eu concluísse meus estudos.

À família Oliveira, que me recebeu de coração aberto em seu lar, e à comunidade Nossa Senhora das Graças, que contribuíram com minha pesquisa.

Aos meus amigos Carlos Eduardo, Thaysa Danniela, Amanda Alice, Sthefany Karoliny e Joelson Oliveira — vocês foram essenciais nessa jornada, longe do seio da minha cidade e da minha família.

À Faculdade de Geografia, ao meu orientador, Daniel Sombra, e aos demais professores do curso de Licenciatura Plena em Geografia, que contribuíram com seus ensinamentos e me permitiram chegar ao final deste curso.

É com a contribuição de cada um aqui citado que posso dizer: nós conseguimos. Muito obrigada!

LAYANE VICTÓRIA SILVA DA SILVA

**A ABERTURA DA PESCA NO RIO GOIABATUBA E SEUS EFEITOS
SOCIOECONÔMICOS NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS (IGARAPÉ-MIRI/PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Artigo científico apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

RESULTADO: _____ CONCEITO: _____

ANANINDEUA, 16 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Araujo Sombra Soares
Presidente/Orientador – FAGEO (CANAN/UFPA)

Prof. Dr. Alúcio Fernandes da Silva Júnior
Examinador Interno – FAGEO (CANAN/UFPA)

Prof.^a Dra. Susane Cristini Gomes Ferreira Moraes
Examinadora Externa – IFPA (*Campus* Marabá Rural)

ANANINDEUA – PA
2025

RESUMO

A pesca tem um papel fundamental para a sobrevivência de grande parte da população mundial, sobretudo em países tropicais e em desenvolvimento, a qual representa um importante indicador social, já que promove segurança alimentar, gera renda e empregos, além de contribuir para que muitas famílias permaneçam em suas regiões de origem. O presente trabalho teve como principal objetivo analisar os efeitos socioeconômicos da abertura da pesca no Rio Goiabatuba sobre a comunidade ribeirinha de Igarapé-Miri, buscando compreender de que forma essa prática influencia a subsistência e a organização social. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em dois pilares principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, utilizando entrevistas semiestruturadas com pescadores atuantes no Rio Goiabatuba, Igarapé-Miri. A entrevista semiestruturada contou com cinco entrevistados, os quais são diretamente envolvidos com a atividade pesqueira no rio Goiabatuba, em Igarapé-Miri, apresentando diferentes faixas etárias que variam entre jovens adultos e pescadores mais experientes. Conclui-se, portanto, que a pesca no Rio Goiabatuba é um pilar da organização social, econômica e cultural da comunidade de Igarapé-Miri. A atividade sustenta as famílias e mantém os laços comunitários, todavia, enfrenta desafios como as mudanças ambientais e a pressão externa.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Desenvolvimento socioeconômico; Meios de produção; Produção do espaço; Comunidade Ribeirinha; Igarapé-Miri.

ABSTRACT

Fishing plays a fundamental role in the survival of a large portion of the world's population, especially in tropical and developing countries. It represents an important social indicator, as it promotes food security, generates income and jobs, and helps many families remain in their home regions. This study's main objective was to analyze the socioeconomic effects of the opening of fishing in the Goiabatuba River on the riverside community of Igarapé-Miri, seeking to understand how this practice influences subsistence and social organization. The research adopted a qualitative approach, based on two main pillars: bibliographical research and field research, using semi-structured interviews with fishermen working on the Goiabatuba River, Igarapé-Miri. The semi-structured interviews included five interviewees, all directly involved in fishing on the Goiabatuba River in Igarapé-Miri, ranging in age from young adults to more experienced fishermen. It can be concluded, therefore, that fishing on the Goiabatuba River is a pillar of the social, economic, and cultural organization of the Igarapé-Miri community. The activity supports families and maintains community ties, but it faces challenges such as environmental changes and external pressure.

Keywords: Artisanal fishing; Socioeconomic development; Means of production; Production of space; Riverside community; Igarapé-Miri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da Comunidade Nossa Senhora das Graças (Igarapé-Miri/PA)	10
Figura 2: Placa feita por moradores da Comunidade Nossa Senhora das Graças no Rio Goiabatuba (Igarapé-Miri/PA)	13
Figura 3: Placa institucional inserida na Comunidade Nossa Senhora das Graças no Rio Goiabatuba (Igarapé-Miri/PA) que mostra a regulamentação oficial do defeso e a presença do Estado	14
Figura 4: Etapas da pesca tradicional no Baixo Tocantins	19
Figura 5: Benedito Gonçalves da Conceição Júnior, um dos pescadores responsáveis pela divisão igualitária das baquetas entre os participantes da pesca	20
Figura 6: Ribeirinhos com suas porções de pescado, recebidas após a partilha entre os moradores da beira, no local onde o cardume foi encontrado	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos entrevistados e vínculo com a pesca	22
Quadro 2: Grupos, associações e organização da pesca	22
Quadro 3: Técnicas, equipamentos e transmissão de saberes	23
Quadro 4: Sazonalidade da pesca	24
Quadro 5: Conflitos e impactos ambientais/econômicos	24

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura]
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	9
3. PESCA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO	12
4. IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS NA PESCA ARTESANAL AMAZÔNICA	15
5. A ATIVIDADE PESQUEIRA NA AMAZÔNIA	17
6. PESCA E PRODUÇÃO DE CULTURA E SABERES LOCAIS NO BAIXO TOCANTINS	18
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
9. REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

A pesca tem um papel fundamental para a sobrevivência de grande parte da população mundial, sobretudo em países tropicais e em desenvolvimento, a qual representa um importante indicador social, já que promove segurança alimentar, gera renda e empregos, além de contribuir para que muitas famílias permaneçam em suas regiões de origem (Cardoso, 2018).

Estima-se que, em âmbito mundial, existam cerca de 39 milhões de pescadores e aproximadamente 156 milhões de pessoas que dependem indiretamente da atividade pesqueira, seja no processamento, transporte ou comercialização do pescado (FAO, 2010). A pesca em pequena escala representa cerca de 90% da mão de obra do setor, desempenhando papel fundamental na segurança alimentar, na redução da pobreza e no fornecimento de proteína de alta qualidade (FAO, 2012). Entretanto, pesquisas apontam para a baixa produtividade em áreas costeiras do Brasil, atribuída principalmente à reduzida concentração de nutrientes nessas regiões (MMA, 2006).

No Brasil, a pesca artesanal está entre as atividades mais antigas e continua sendo a principal fonte de recursos para inúmeras comunidades, fornecendo grande parte do pescado consumido pela população (Martins *et al.*, 2015). Segundo o IBAMA (2004), a pesca extrativa estuarina e marinha no Brasil registrou uma produção de 500.116 toneladas, das quais o Estado do Pará respondeu por 88.980 toneladas, garantindo-lhe a segunda posição em volume de desembarque nacional. Esse desempenho representou um rendimento aproximado de 44,9 milhões de dólares, advindos da exportação do pescado. O litoral paraense, com 562 km de extensão entre a Baía do Marajó (0°30'S; 48°00'W) e a Baía do Rio Gurupi (0°30'S; 46°00'W), abriga 123 comunidades pesqueiras distribuídas em 17 municípios litorâneos (Brito *et al.*, 2002).

A prática da pesca na Amazônia remonta a tempos anteriores à colonização, quando os povos indígenas já faziam do pescado um elemento fundamental de sua alimentação. Nessa época, destacava-se a atividade pesqueira na costa da Ilha de Marajó e no Salgado Paraense, antiga microrregião (da regionalização do IBGE de 1991) formada por onze municípios, entre Colares e São João de Pirabas, tendo como espécies principais a tainha e a guriuba, e, em menor escala, o bagre, o cação, as raias, as corvinas, as sardas e as diversas espécies de pescadas. A pesca artesanal, por sua vez, apresenta forte influência indígena e lusitana, sendo marcada também pela presença da tradição cabocla, que se espalhou pelas áreas flúvio-lacustres e marítimas da região (Mourão; Pinheiro; Lucena, 2007).

A atividade pesqueira, quando realizada em ambientes continentais, geralmente é desempenhada por moradores locais em diferentes espaços, como rios, lagos de várzea, igapós e áreas de florestas inundadas, possibilitando a captura de espécies de peixes de diferentes portes. Entretanto, a exploração dos recursos pesqueiros, em muitos casos, ocorre de maneira desordenada e ilegal, o que tem contribuído para a redução gradual dos estoques naturais em diversas regiões do mundo (Martins *et al.*, 2015).

Diante disso, a relevância do estudo sobre a pesca no Rio Goiabatuba, em Igarapé-Miri, se justifica pela necessidade de compreender as práticas, desafios e impactos enfrentados pelos pescadores artesanais, que dependem diretamente dessa atividade para sua subsistência. Considerando o papel socioeconômico e cultural da pesca na região amazônica, analisar a organização comunitária, a transmissão de conhecimentos tradicionais e os efeitos das mudanças ambientais e econômicas torna-se essencial para subsidiar políticas públicas e estratégias de manejo sustentável. Além disso, investigar os conflitos e a sazonalidade da pesca contribui para valorizar o conhecimento local, preservar a atividade artesanal e garantir a manutenção da segurança alimentar e do sustento das famílias ribeirinhas.

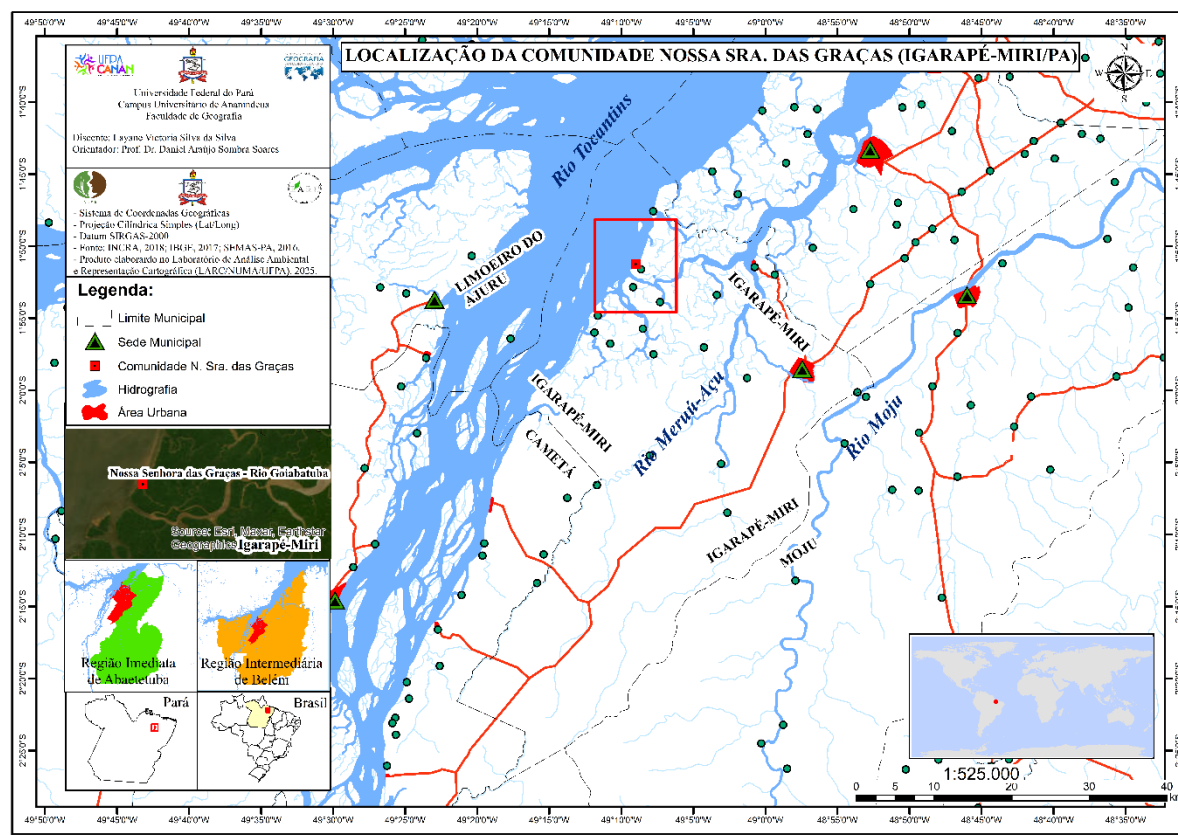
O presente trabalho teve como principal objetivo analisar os efeitos socioeconômicos da abertura da pesca no Rio Goiabatuba sobre a comunidade nossa senhora das Graças, buscando compreender de que forma essa prática influencia a subsistência e a organização social. Para atingir esse propósito, foram definidos como objetivos específicos: (I) identificar as práticas de pesca artesanal desenvolvidas durante o período de abertura da pesca; (II) investigar a organização social e a divisão do trabalho entre os pescadores, considerando fatores como experiência, gênero e transmissão de saberes; (III) avaliar os impactos ambientais e econômicos que afetam a atividade pesqueira, bem como os conflitos decorrentes de disputas territoriais ou fatores externos.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em dois pilares principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A área de estudo compreende o município de Igarapé-Miri, localizado na Região de Integração Tocantins (Baixo Tocantins), no estado do Pará (Pará, 2006), caracterizado por sua forte influência fluvial, economia baseada em atividades extrativistas e agricultura de subsistência, além de comunidades ribeirinhas que mantêm práticas tradicionais de pesca artesanal (IBGE, 2024). De acordo com a nova regionalização do IBGE (2017), o município de Igarapé-Miri se localiza na Região Geográfica Intermediária de Belém e, dentro desta, na Região Geográfica Imediata de

Abaetetuba. O mapa da figura 1 apresenta a situação geográfica do município de Igarapé-Miri, com destaque para a Comunidade Nossa Senhora das Graças, situada no Rio Goiabatuba.

Figura 1: Mapa de localização da Comunidade Nossa Senhora das Graças (Igarapé-Miri/PA)



Fonte: IBGE, 2020. Elaboração: LARC (NUMA/UFPA), 2025.

Segundo relato de Ricardo Machado de Oliveira, morador da comunidade Nossa Senhora das Graças há mais de oito décadas, o processo de ocupação da região às margens do Rio Goiabatuba teve início com a chegada de Antônio Rodrigues Cabral, reconhecido como o primeiro habitante local. Na época, a área era composta por mata densa e utilizada principalmente para atividades de caça. Devido ao isolamento geográfico e à dificuldade de acesso, até mesmo os familiares de Antônio demonstravam receio em se estabelecer na região.

Com o passar dos anos, o povoamento se intensificou por meio de seus descendentes, consolidando a formação da vila. Antônio Cabral era amplamente respeitado como referência territorial, sendo procurado por novos moradores interessados na aquisição de terras. Seu papel foi fundamental na organização fundiária informal da comunidade, contribuindo para a estruturação social e espacial da localidade.

Esse testemunho evidencia a importância da memória oral como fonte de reconstrução histórica e compreensão dos processos de ocupação em áreas ribeirinhas da Amazônia paraense.

A escolha desse local se justifica pela centralidade da pesca na organização socioeconômica e cultural das populações, bem como pela relevância da atividade para a sustentabilidade ambiental e manutenção do território comunitário.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo compreender a pesca artesanal na Amazônia, seus impactos socioeconômicos e culturais, bem como os desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas diante das pressões ambientais e econômicas. Essa base teórica permitiu interpretar criticamente as transformações espaciais e sociais relacionadas à atividade pesqueira no Rio Goiabatuba.

Desse modo, optou-se pela entrevista semiestruturada como técnica principal, por sua capacidade de revelar percepções, saberes e estratégias utilizadas pelos pescadores diante das transformações socioeconômicas e ambientais. Essa metodologia permitiu que o roteiro orientasse a conversa sem restringir os relatos, valorizando as formas de expressão dos participantes. A pesquisa de campo possibilitou aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e culturais vinculadas à pesca no Rio Goiabatuba.

Para a pesquisa de campo, inicialmente, foi feito contato prévio com lideranças comunitárias e associações de pescadores locais, apresentando os objetivos do estudo, solicitando autorização e alinhando o momento adequado para a realização das entrevistas. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme previsto na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

As entrevistas foram estruturadas em três eixos principais: (1) histórico e vínculo com a atividade pesqueira e o território do Rio Goiabatuba; (2) percepção sobre os impactos socioeconômicos da abertura da pesca, incluindo benefícios e desafios; e (3) estratégias comunitárias de organização, manejo sustentável e preservação cultural relacionadas à pesca. A escolha desses eixos foi fundamentada na literatura revisada e nas experiências de outras comunidades ribeirinhas em contextos similares, permitindo captar a complexidade da atividade pesqueira sob as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

As informações obtidas por meio das entrevistas foram organizadas e analisadas à luz do referencial teórico, em busca de garantir uma maior consistência analítica e aprofundamento crítico. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu uma compreensão ampla e situada das dinâmicas socioeconômicas relacionadas à pesca no Rio Goiabatuba,

evidenciando os desafios e estratégias das comunidades ribeirinhas diante das transformações na região.

3. PESCA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A compreensão da pesca como elemento formador do espaço social requer, primeiramente, um retorno aos fundamentos da produção do espaço. O conceito de espaço não se limita apenas a um receptáculo onde as práticas humanas se desenvolvem, mas a um produto histórico e social, o qual é constantemente transformado pelas ações dos sujeitos e pelos modos de produção. O espaço representa uma instância dinâmica, composta por objetos e ações que, em interação, configuram a materialidade do território e sua função social (Santos, 1996).

A reflexão do espaço como categoria analítica é essencial para seu entendimento como uma palavra-chave, vinculada às disputas de poder, à reprodução do capital e à organização social. O espaço é simultaneamente absoluto, relativo e relacional, o que implica dizer que ele não pode ser reduzido a um dado físico (Harvey, 2015).

O espaço pode ser compreendido como um conjunto de interações, em constante movimento e aberto a múltiplas temporalidades. Em *“Pelo Espaço”*, Massey (2008) enfatiza que o espaço é produzido por relações sociais em fluxos, e não por uma lógica estática. Aplicando essa noção à pesca, pode-se dizer que a atividade não se limita ao ato de captura, mas envolve processos de circulação, comercialização, divisão do trabalho e transmissão de saberes, que se entrelaçam e dão forma a territórios ribeirinhos e urbanos (Massey, 2008).

A atividade pesqueira, nesse contexto, participa da constituição dos territórios enquanto instâncias de produção da vida, tendo em vista que mobiliza recursos naturais, força de trabalho e estruturas sociais. O espaço, nesse caso, é fruto da interação entre a natureza, envolvendo rios, espécies de peixes, ciclos ecológicos e a ação humana, a partir de tecnologias, tradições, estratégias de sobrevivência, produzindo paisagens que são tanto sociais quanto naturais (Costa, 2018).

Nesse sentido, a pesca pode ser vista como um agente organizador do espaço, estabelecendo fluxos de deslocamento, fixação de comunidades, construção de mercados e articulações com o Estado e o capital privado. Cabe ressaltar que, os territórios pesqueiros se configuram pela relação entre uso dos recursos e estratégias de apropriação, o que envolve tanto práticas tradicionais quanto conflitos diante da expansão de modelos produtivos mais intensivos. Assim, a pesca, além de ocupar o espaço, produz de maneira específica, incorporando identidades, formas de trabalho e disputas por acesso (Silva, 2015).

A coexistência entre práticas tradicionais e regulamentações formais pode ser observada na comunidade Nossa Senhora das Graças, no município de Igarapé-Miri (PA). As imagens a seguir registram duas placas fixadas às margens do Rio Goiabatuba: uma elaborada pelos próprios moradores, sinalizando o acordo comunitário de pesca, e outra instalada pela colônia de pescadores, informando sobre as penalidades durante o período de defeso. Ambas evidenciam formas distintas de apropriação e gestão do território pesqueiro.

Figura 2: Placa feita por moradores da Comunidade Nossa Senhora das Graças no Rio Goiabatuba (Igarapé-Miri/PA)



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025

Figura 3: Placa institucional inserida na Comunidade Nossa Senhora das Graças no Rio Goiabatuba (Igarapé-Miri/PA) que mostra a regulamentação oficial do defeso e a presença do Estado



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025

A atividade pesqueira garante a subsistência, forma laços comunitários, mantém práticas culturais e a transmissão de conhecimentos entre gerações. Os espaços pesqueiros carregam marcas de identidade que os diferenciam de outros territórios, funcionando como locais de memória, tradição e, principalmente, resistência. Sob esse viés, a abordagem de Massey (2008) sobre a multiplicidade de temporalidades é fundamental para a compreensão de como as práticas pesqueiras conectam passado e presente e renovam o espaço social por meio de saberes transmitidos entre gerações.

Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, a pesca artesanal, feita com técnicas simples, era a prática predominante em todo o Brasil. Porém, em algumas regiões, como no litoral sudeste, parte do Sul e do Nordeste, já havia sinais de modernização da atividade pesqueira, com a introdução de métodos e ferramentas mais avançadas. Os estudos da época descreviam a vida dos pescadores de forma ligada aos gêneros de vida tradicionais, ou seja, aos modos de sobrevivência baseados no uso de técnicas rudimentares, transmitida de geração em geração. Ao mesmo tempo, tinham um viés político, pois defendiam que a saída para os problemas enfrentados pela pesca artesanal seria a modernização e industrialização da atividade, vista como a solução para aumentar a produção e melhorar a renda (Cardoso, 2018).

A análise da pesca como fator de produção do espaço também permite identificar contradições, visto que, enquanto prática tradicional, ela contribui para a reprodução das comunidades e manutenção da biodiversidade. Entretanto, quando integrada à lógica do capital, pode resultar em processos de mercantilização, perda de autonomia dos pescadores e conflitos territoriais. O espaço pode ser um “*palco*” de disputas, sendo constantemente reconfigurado por relações de poder e dominação. Dessa forma, o território pesqueiro torna-se espaço de negociação entre práticas tradicionais e pressões externas, sejam elas estatais, empresariais ou ambientais (Harvey, 2015).

Sendo assim, é imprescindível que a pesca não seja entendida apenas como uma atividade econômica, mas como prática fundante da produção do espaço, diante do seu potencial de articular dimensões materiais, simbólicas e políticas. O espaço pesqueiro é dinâmico e em permanente disputa. Pesquisas empíricas realizadas no Brasil (Silva, 2015) apresentaram resultados que permitiram evidenciar que a pesca molda e é moldada pelos territórios, produzindo configurações específicas que refletem tanto modos de vida quanto contradições estruturais.

4. IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS NA PESCA ARTESANAL AMAZÔNICA

A atividade pesqueira na Amazônia, historicamente praticada pelas civilizações ameríndias e consolidada durante o período colonial, sofreu impactos significativos com a chegada dos grandes projetos estatais e privados. Desde a pesca artesanal até a industrialização a partir das décadas de 1960 e 1970, estudos realizados na região de Vigia, no Pará, exemplificam como mudanças na produção econômica e na ocupação do território foram impostas de maneira externa, muitas vezes sem considerar as práticas e saberes locais (Sombra et al., 2022). Pensando nisso, é importante conceituar o que são os grandes projetos, principalmente àqueles implementados na Amazônia. Na visão de Araújo e Belo (2009, p. 273),

Os Grandes Projetos são empreendimentos econômicos de larga escala que visam à produção (geração de capital) por meio da exploração dos recursos naturais da Amazônia, bem como a organização e controle do território e, caracterizam-se, principalmente, pela grandiosidade das construções, da mobilização de capital e de mão de obra e, ainda exigem toda uma infraestrutura para que sejam instalados como portos, ferrovias, energia elétrica, aeroportos, núcleos urbanos para, assim, promover seu estabelecimento (Araújo; Belo, 2009, p. 273).

Desse modo, os grandes empreendimentos de infraestrutura — como hidrelétricas, portos e rodovias — têm provocado transformações profundas na dinâmica das comunidades tradicionais, redefinindo o uso do território e desestruturando práticas ancestrais, como a

pesca artesanal. Em Vigia, por exemplo, o declínio das embarcações tradicionais, as vigilengas e a introdução de técnicas de pesca industrial ilustram como o desenvolvimento voltado para o capital externo pode reconfigurar tanto o espaço físico quanto as relações sociais, criando conflitos entre modos de produção históricos e modernos (Sombra et al., 2022).

Dessa forma, a intervenção dos grandes projetos evidencia uma lógica territorial voltada para interesses econômicos externos, muitas vezes em detrimento da sustentabilidade socioambiental e cultural local. A marginalização das comunidades pesqueiras, que dependiam da pesca artesanal para sua subsistência e identidade cultural, demonstra como essas políticas de ocupação fragmentam o espaço amazônico e desarticulam os arranjos socioterritoriais tradicionais, reforçando a necessidade de uma abordagem que integre desenvolvimento econômico e preservação dos modos de vida locais (Sombra et al., 2022).

Os projetos de infraestrutura portuária configuram-se como as principais formas materializadas de investimento. No estado do Pará, essa dinâmica se evidencia pela presença de diversos “portos do agronegócio” (Rodrigues; Lima, 2020), já em operação, como a Companhia de Navegação e Portos/Cianport (localizada em Itaituba, interligada logisticamente ao porto de Santana, no Amapá), a Hidrovias do Brasil (Itaituba e Barcarena), a Unitapajós *joint venture* entre Amaggi e Bunge (Itaituba e Barcarena), a Cargill (Itaituba), a Transporte Bertolini (Itaituba) e a ADM (Barcarena). Além desses, há a previsão de implantação de mais de 35 portos no complexo Itaituba-Rurópolis e de mais de 20 no complexo Barcarena-Abaetetuba (Rodrigues; Lima, 2020).

Além disso, destaca-se também a infraestrutura de armazenagem de grãos, como as unidades da Cianport e a Caramuru Alimentos em Santana (Amapá), que atuam como portos sincronizadores e integradores da logística internacional das cadeias globais de suprimento, em articulação direta com os portos do Pará. Essa rede ainda se complementa pelos chamados “portos alimentadores”, voltados para combustíveis, os quais garantem a fluidez da economia global ao abastecer carretas, barcas e empresas portuárias (Rodrigues; Lima, 2020).

Frente a estes projetos, constantemente, verificam-se violações de direitos humanos relacionadas à ausência de consulta livre, prévia e informada às populações tradicionais, conforme previsto na Convenção 169 da OIT, durante a construção de portos nos municípios de Barcarena (Hidrovias do Brasil e Unitapajós) e Itaituba (Cargill, Unitapajós, Cianport, Hidrovias do Brasil e Atem’s). Entre as comunidades não consultadas estão, em Barcarena, ribeirinhos e quilombolas dos territórios Gibrié de São Lourenço, Burajuba, Cupuaçu e Sítio

São João; e, em Itaituba, as populações indígenas Munduruku e ribeirinhas de Montanha e Mangabal, São Francisco e Pimental (Rodrigues; Lima, 2020).

5. A ATIVIDADE PESQUEIRA NA AMAZÔNIA

A pesca na Amazônia representa uma das atividades centrais para a organização socioespacial da região, constituindo-se como elemento fundamental tanto para a subsistência quanto para a economia regional. A pesca deve ser compreendida como uma atividade motriz da produção do espaço amazônico, na medida em que estrutura modos de vida, relações de trabalho, fluxos comerciais e redes de sociabilidade que atravessam o território. Mais do que uma prática econômica, ela se apresenta como um sistema integrado de saberes, tradições e interações com o ambiente natural (Paz; Frédou; Frédou, 2011).

A partir da perspectiva da produção do espaço, é possível perceber que a pesca na Amazônia é responsável por organizar os territórios ribeirinhos, assim como, por influenciar a dinâmica das cidades. Os produtos pesqueiros circulam em mercados locais, feiras e polos de comercialização, gerando fluxos que conectam comunidades isoladas às capitais regionais. Tal circulação, evidencia o papel da pesca como articuladora entre espaços urbanos e rurais, criando uma rede que estrutura a territorialidade amazônica em diferentes escalas (Paz; Frédou; Frédou, 2011).

Cabe ressaltar, também, a diversidade significativa dos sistemas de pesca existentes na Amazônia, onde cada região apresenta práticas adaptadas aos ciclos hidrológicos, às espécies predominantes e às condições ambientais locais. Essa diversidade reflete a capacidade das comunidades em estabelecer estratégias de uso sustentável, ao mesmo tempo em que mantém identidades culturais próprias. Nesse sentido, a pesca configura-se como patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, e responsável pela permanência de comunidades tradicionais em seus territórios.

No entanto, a atividade pesqueira também se insere em processos mais amplos de modernização e transformação produtiva. Sendo assim, a introdução de novas tecnologias, embarcações motorizadas e técnicas de captura intensiva alterou significativamente a organização da pesca, aumentando a produtividade, mas também gerando tensões socioambientais (Sombra, 2022). A modernização, embora promova ganhos em alguns setores, frequentemente resulta na exclusão de pequenos pescadores, que não conseguem competir com sistemas mais mecanizados e orientados ao mercado (Lucena, 2021).

A expansão de práticas pesqueiras intensivas e a inserção da pesca no circuito do capital ampliam disputas pelo acesso aos recursos, muitas vezes em detrimento das práticas

tradicionais. Esse cenário evidencia a contradição entre a pesca como atividade comunitária e sustentável e a pesca enquanto negócio voltado para a exportação e o lucro. As disputas territoriais, nesse contexto, revelam a fragilidade das políticas públicas de regulação e a necessidade de mecanismos que assegurem os direitos das comunidades ribeirinhas (Costa, 2018).

Ademais, o avanço de empresas privadas no setor pesqueiro contribui para a desestruturação de comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que aprofunda desigualdades socioeconômicas. Os pescadores artesanais, que historicamente ocuparam e construíram territórios pesqueiros, enfrentam pressões externas que ameaçam sua autonomia e sustentabilidade (Lucena, 2021).

Apesar das contradições, é importante reconhecer que a pesca continua sendo um dos pilares da economia e da vida amazônica. Tendo em vista que, além de garantir alimentação e renda, a atividade é responsável por consolidar práticas de cooperação, solidariedade e resistência comunitária. Nesse sentido, a pesca não é apenas um recurso econômico, mas também um instrumento de reprodução social, fundamental para a permanência das comunidades em seus territórios frente às pressões externas (Silva, 2015).

Dessa forma, a atividade pesqueira na Amazônia enfrenta uma realidade marcada pela tensão entre tradição e modernização. Se, por um lado, a pesca representa um elo essencial entre natureza e sociedade, por outro, ela é atravessada por disputas que refletem interesses de diferentes agentes: Estado, empresas privadas e comunidades locais. Assim, compreender a pesca amazônica exige reconhecer tanto sua centralidade para a produção do espaço regional, quanto os desafios impostos por processos de transformação econômica e ambiental (Lucena, 2021).

6. PESCA E PRODUÇÃO DE CULTURA E SABERES LOCAIS NO BAIXO TOCANTINS

A pesca no Baixo Tocantins, constitui-se como um eixo central de produção cultural e de reprodução social das comunidades ribeirinhas, visto que as práticas pesqueiras estão intrinsecamente ligadas à identidade dos povos locais, funcionando como marcadores de pertencimento e diferenciação social. O ato de pescar, nesse contexto, não é apenas uma forma de garantir alimento, mas um modo de vida que orienta calendários, relações sociais e práticas comunitárias (Costa, 2018).

A pesca é também um espaço de produção e transmissão de saberes tradicionais, de modo que, esses saberes, envolvem conhecimentos sobre os ciclos do rio, as espécies de

peixes, os períodos de reprodução e as técnicas adequadas de captura. Transmitidos oralmente e por meio da prática cotidiana, tais saberes consolidam uma memória coletiva e constituem uma pedagogia própria, vinculada à experiência e à observação da natureza. Dessa forma, o espaço pesqueiro se torna também um espaço educativo, no qual gerações se conectam e reproduzem práticas culturais (Costa, 2018).

As imagens abaixo registram momentos distintos de uma atividade coletiva de pesca realizada na comunidade Nossa Senhora das Graças, às margens do Rio Goiabatuba, em Igarapé-Miri (PA). Elas ilustram o saber técnico, a cooperação entre pescadores e a dimensão comunitária da prática pesqueira, reforçando o papel da pesca como espaço educativo e cultural.

As imagens representam visualmente esse processo educativo e coletivo: Imagem 1: pescadores embarcando a rede — início da técnica tradicional. Imagem 2: posicionamento da malhadeira — conhecimento sobre o comportamento dos cardumes. Imagem 3: trabalho em equipe — cooperação e saber compartilhado. Imagem 4: divisão do pescado — prática comunitária e redistributiva.

Figura 4: Etapas da pesca tradicional no Baixo Tocantins.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025

Além da dimensão técnica, a pesca é permeada por rituais, festas e práticas religiosas que integram a vida comunitária. No Baixo Tocantins, muitas festividades locais têm ligação direta com o ciclo pesqueiro, reforçando o papel simbólico da atividade. A cultura pesqueira,

nesse sentido, manifesta-se como patrimônio imaterial, sendo expressa em músicas, narrativas orais, danças e celebrações que reafirmam a identidade ribeirinha e a relação íntima com o rio.

Em muitas comunidades, a pesca é realizada de forma coletiva, envolvendo sistemas de cooperação e solidariedade, onde há uma divisão estabelecida de tarefas entre homens, mulheres e jovens mostra que a pesca é também um espaço de construção de papéis sociais, nos quais o trabalho contribui para a coesão da comunidade.

A partilha do pescado entre os moradores da comunidade é uma prática que reforça os laços de solidariedade e reciprocidade no território ribeirinho. Na comunidade Nossa Senhora das Graças no Rio Goiabatuba, essa divisão é conduzida por figuras reconhecidas localmente, como o pescador Benedito Junior Gonçalves da Conceição Júnior, responsável por garantir que as baquetas sejam distribuídas de forma justa entre os participantes da pesca e os moradores da beira.

Essa dinâmica evidencia não apenas a organização social da atividade, mas também valores comunitários que sustentam a coesão e a identidade coletiva. As imagens a seguir ilustram esse momento de redistribuição, revelando o papel da pesca como prática de justiça social e fortalecimento dos vínculos comunitários.

Figura 5: Benedito Gonçalves da Conceição Júnior, um dos pescadores responsáveis pela divisão igualitária das baquetas entre os participantes da pesca



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

Figura 6: Ribeirinhos com suas porções de pescado, recebidas após a partilha entre os moradores da beira, no local onde o cardume foi encontrado



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025

No entanto, a inserção das comunidades ribeirinhas em circuitos mais amplos de produção e comercialização traz desafios significativos, incluindo a perda de autonomia e a pressão para adaptar práticas tradicionais às exigências do mercado. Diante disso, os saberes locais sofrem processos de ressignificação, sendo muitas vezes apropriados, invisibilizados ou subordinados a outras lógicas produtivas (Silva, 2015).

Apesar desses desafios, as comunidades do Baixo Tocantins resistem por meio da valorização de suas práticas culturais e da afirmação de sua identidade. Sendo assim, a manutenção dos territórios pesqueiros depende, em grande medida, da capacidade de articulação das comunidades para reivindicar seus direitos e preservar seus modos de vida. As comunidades ribeirinhas produzem e reproduzem sua existência através de saberes e práticas que reafirmam sua identidade e fortalecem sua resistência diante das transformações externas. Dessa forma, compreender a pesca nessa região é compreender também a produção de cultura, de memória e de territorialidade, elementos fundamentais para pensar os impactos socioespaciais sobre o Baixo Tocantins (Filho *et al.*, 2011).

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista semiestruturada contou com cinco (5) entrevistados, os quais são diretamente envolvidos com a atividade pesqueira no rio Goiabatuba, em Igarapé-Miri. Cada um deles contribuiu com suas experiências e percepções sobre a pesca na região. Ressalta-se que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de assegurar a ética e a transparência no processo de coleta das informações.

Os dados coletados puderam evidenciar que a maioria dos entrevistados atua diretamente com a pesca artesanal no Rio Goiabatuba, apresentando diferentes faixas etárias que variam entre jovens adultos e pescadores mais experientes. Observa-se também a predominância de pessoas com baixo nível de escolaridade formal, demonstrando assim uma forte dependência das atividades tradicionais transmitidas por saberes familiares e comunitários na região, destacando a relevância da pesca como atividade de subsistência e como herança cultural que se mantém ao longo das gerações em Igarapé-Miri (Quadro 1).

Quadro 1: Perfil dos entrevistados e vínculo com a pesca

Entrevistado	Idade	Gênero	Comunidade	Tempo de envolvimento na pesca	Identificação como pescador artesanal
R. M. O.	84	Masculino	Nossa Senhora das Graças	5-6 anos	Sim
B. G. C.	54	Masculino	Nossa Senhora das Graças	30 anos	Sim
T. A. L.	38	Masculino	Nossa Senhora das Graças	15 anos	Sim
E. P. C.	36	Feminino	Rio Goiabatuba	15 anos	Sim
D. O. C.	28	Masculino	Rio Goiabatuba	5 anos	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Todos os entrevistados se identificam como pescadores artesanais e relataram que a atividade é exercida de forma organizada, com divisão de tarefas e respeito à experiência e habilidades dos indivíduos. A organização da pesca ocorre por meio de associações e colônias locais, como a Z-15 e a Colônia de Pescadores de Igarapé-Miri, bem como com o apoio de órgãos como o IBAMA, a SEMAS e o CEMA, como institucionalização da atividade e forma de proteção aos recursos naturais (Quadro 2).

Quadro 2: Grupos, associações e organização da pesca

Entrevistado	Principais grupos/comunidades	Organização interna	Associações ou instituições de apoio	Papel das associações
R. M. O.	Colônia de pescadores local	Sim, divisão por experiência	Colônia dos pescadores, IBAMA	Representar a comunidade, suporte técnico
B. G. C.	Moradores da comunidade colônia	Grupo divide o peixe (50% para beira, 50% para dono da turda)	Colônia de pescadores, CEMA	Apoio, representação
T. A. L.	Somente membros da colônia	Equipe com rede certa para borqueio, divisão de tarefas	Colônia dos pescadores	Representar e organizar a pesca
E. P. C.	Turmas da comunidade colônia	Quem tem experiência vai na frente, demais ajudam	Colônia Z-15	Representar, organizar e apoiar
D. O. C.	Moradores do rio	Organização coletiva, líderes com experiência	Colônia Z-15 e SEFA	Representar e organizar

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A divisão do trabalho apresenta critérios claros, influenciada pela experiência dos pescadores e pela posse de equipamentos específicos, como redes, malhadeiras, puças e taleiros. Os mais experientes assumem papéis de liderança, organizando a busca pelo cardume e orientando os demais participantes, evidenciando a transmissão de saberes dos mais velhos para os mais jovens, o que garante a continuidade da prática.

Quadro 3: Técnicas, equipamentos e transmissão de saberes

Entrevistado	Técnicas de pesca	Equipamentos utilizados	Aprendizado e transmissão de conhecimento
R. M. O.	Borqueio	Redes e malhadeiras	Ensinou filhos e netos, prática intergeracional
B. G. C.	Borqueio	Rede, malhadeira, barco, puçá)	Trabalho em equipe, divisão do peixe, transmitido oralmente e prática
T. A. L.	Borqueio	Malhadeira, rede, puçá	Observação e acompanhamento dos mais experientes
E. P. C.	Borqueio	Rede, puçá	Ensina filhos e novos participantes da comunidade

D. O. C.	Borqueio, linha (sonda), tala	Equipamentos específicos de rede	Aprendizado coletivo e experiência prática
----------	-------------------------------	----------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Além disso, foi possível observar que grande parte dos pescadores entrevistados afirmou que a pesca constitui a principal ou única fonte de renda da família. Em alguns casos, ela é complementada por atividades sazonais, como agricultura de várzea ou pequenos comércios locais, mas sua centralidade econômica permanece evidente.

Em relação à abertura da pesca, os entrevistados descreveram este período como um momento de grande relevância socioeconômica. Para muitos, representa a retomada do trabalho, a manutenção da renda familiar, bem como a possibilidade de melhores condições de vida. Entretanto, foram identificadas preocupações entre os entrevistados relacionadas à abundância ou escassez de peixes, mostrando a percepção dos pescadores quanto às mudanças ambientais e à pressão sobre os recursos naturais. Assim, a abertura da pesca é entendida como um período de expectativa e incerteza (Quadro 4).

Quadro 4: Sazonalidade da pesca

Entrevistado	Período mais produtivo	Observações
R. M. O.	Abertura da pesca	Quantidade de peixe incerta devido a fatores ambientais
B. G. C.	Março a novembro	Variação anual de cardumes
T. A. L.	Abertura da pesca	Pesca restrita a períodos permitidos
E. P. C.	Abertura até novembro	Depende da presença do cardume
D. O. C.	Abertura até agosto	Varia de ano a ano, sensível a condições ambientais

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Ao serem questionados acerca dos principais conflitos e impactos ambientais/econômicos, observou-se que, embora um dos entrevistados não tenha apontado conflitos significativos, destacou a incerteza quanto à disponibilidade de peixes a cada ano. Entre os demais, os conflitos surgem como problemas recorrentes: a invasão de pescadores de outros rios e a necessidade constante de vigilância da reserva para coibir práticas predatórias. Além disso, foram mencionadas questões ambientais como poluição por óleo, efeitos do aquecimento global e instabilidade dos cardumes, fatores que possuem um impacto direto na redução da produtividade pesqueira e na dependência econômica da atividade (Quadro 5).

Quadro 5: Conflitos e impactos ambientais/econômicos

Entrevistado	Conflitos relatados	Impactos ambientais/econômicos
R. M. O.	Nenhum significativo	Incerteza de quantidade de peixe a cada ano
B. G. C.	Invasão de pescadores de outros rios	Redução de cardumes, dependência ambiental
T. A. L.	Vigilância da reserva contra invasores	Diminuição da pesca em anos menos produtivos
E. P. C.	Vigilância da reserva, poluição por óleo	Poluição criminosa, aquecimento global
D. O. C.	Tentativa de invasão de outros pescadores	Poluição, instabilidade ambiental afetando cardumes

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quando questionados sobre o melhor período para exercer a atividade pesqueira, todos os entrevistados foram unânimes em apontar a abertura da pesca, que ocorre entre agosto e novembro, período mais seco do ano. Esse momento é considerado o mais propício para a captura do pescado, pois o menor volume de água nos rios favorece a maior concentração de peixes, reduzindo o tempo de esforço de pesca e aumentando os índices de captura. Situação semelhante foi descrita por Zacardi (2015) em seu estudo sobre a atividade pesqueira no rio Tracajatuba, no Amapá.

Segundo Santos e Santos (2005), entretanto, esse período também é crítico para a ictiofauna, uma vez que os peixes se tornam mais vulneráveis à predação, além de sofrerem com a depleção de oxigênio nos corpos d'água rasos, especialmente sob a influência de material em decomposição. As oscilações no nível dos rios e na pluviosidade local configuram-se como os principais fatores reguladores da dinâmica pesqueira na Amazônia. Essas variações naturais, que ocorrem interanualmente, afetam diretamente tanto a composição quanto a quantidade do pescado capturado (Santos-Filho *et al.*, 2011; Zacardi, Ponte; Silva, 2014).

De acordo com Mourão, Pinheiro e Lucena (2007), a região amazônica apresenta forte influência da sazonalidade, sendo a distribuição dos recursos pesqueiros determinada pelos períodos secos e chuvosos. De acordo com Barthem (1985), a variação na salinidade resulta em mudanças significativas na composição da ictiofauna. No estuário, o primeiro semestre, conhecido como "inverno", é marcado pelo afastamento das águas salinas oceânicas, empurradas pela intensa descarga do rio Amazonas, o que favorece a predominância de peixes

de água doce. Já no "verão", com a redução das chuvas, ocorre o processo inverso: a zona de mistura salina se aproxima da foz e os peixes de origem marinha passam a dominar a região.

Diante disso, os resultados indicam que a pesca no Rio Goiabatuba constitui um elemento central da organização social, cultural e territorial das comunidades de Igarapé-Miri. A articulação entre saberes tradicionais, cooperação comunitária e suporte institucional permite a reprodução da prática de forma sustentável, mesmo diante de desafios ambientais e conflitos externos. A atividade pesqueira, portanto, representa um elo fundamental entre cultura, economia e território, sendo indispensável para a preservação dos modos de vida ribeirinhos e a continuidade da tradição artesanal na região.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, com o objetivo de analisar os efeitos socioeconômicos da abertura da pesca no Rio Goiabatuba sobre a comunidade ribeirinha de Igarapé-Miri, alcançou de maneira satisfatória todos os objetivos propostos. A pesquisa buscou compreender a influência dessa prática na subsistência e organização social da comunidade, e os resultados obtidos por meio da metodologia qualitativa e das entrevistas semiestruturadas demonstraram a centralidade da pesca artesanal para os modos de vida locais.

O primeiro objetivo específico, que consistia em "identificar as práticas de pesca artesanal desenvolvidas durante o período de abertura da pesca", foi plenamente atingido. As entrevistas identificaram o "borqueio" como a principal técnica utilizada, com o uso de redes e malhadeiras. A pesquisa de campo permitiu detalhar as técnicas, os equipamentos e a natureza coletiva do trabalho, ressaltando pesca como uma atividade organizada e intergeracional.

O segundo objetivo, "investigar a organização social e a divisão do trabalho entre os pescadores, considerando fatores como experiência, gênero e transmissão de saberes", foi atingido por meio dos relatos dos entrevistados. Os dados evidenciaram que a atividade é organizada de forma coletiva, com a divisão de tarefas baseada na experiência, onde os mais velhos orientam os mais jovens. A transmissão de saberes ocorre de maneira intergeracional, de pais para filhos e netos, assegurando assim, a continuidade das práticas em diferentes gerações. Cabe ressaltar, também, que todos os participantes se identificaram como pescadores artesanais, evidenciando a importância cultural e social da atividade.

O terceiro objetivo, por sua vez, que visava "avaliar os impactos ambientais e econômicos que afetam a atividade pesqueira, bem como os conflitos decorrentes de disputas territoriais ou fatores externos", também foi alcançado. As entrevistas indicaram a abertura da

pesca como um período de grande relevância econômica, sendo a principal fonte de renda para as famílias. No entanto, os pescadores demonstraram preocupação com a incerteza da quantidade de peixes, a redução dos cardumes e a poluição. Conflitos como a invasão de pescadores de outros rios e a necessidade de vigilância para coibir práticas predatórias também foram citados.

Conclui-se, portanto, que a pesca no Rio Goiabatuba é um pilar da organização social, econômica e cultural da comunidade de Igarapé-Miri. A atividade, sustenta as famílias e mantém os laços comunitários, todavia, enfrenta desafios como as mudanças ambientais e a pressão externa. A análise corroborou que a pesca vai além de uma prática econômica, sendo ela um elemento fundamental para a produção do espaço e a reprodução dos modos de vida ribeirinhos, destacando a importância da valorização do conhecimento tradicional e da associação comunitária para a sustentabilidade da atividade.

9. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. A.; BELO, P. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 265-277, 2009.
- BARTHEM, R. B. *et al.* **A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo**, 1987.
- BRITO, R. C. C., *et al.* **A pesca empresarial do Pará. IDESP**. Belém. 72p. 1975.
- CARDOSO, E. S. A pesca artesanal e a produção dos geógrafos brasileiros de meados do século XX. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 656-669, dez. 2018. ISSN 2179-0892.
- COSTA, J. C. Base ecossistêmica da atividade pesqueira artesanal: estudo de caso no Baixo Estuário da Lagoa dos Patos (BELP), RS, Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 44, p. 51-75, 2018.
- FAO. The state of world fisheries and aquaculture. 197p., **Food and Agriculture Organization (FAO)**, Roma, Italia. ISBN: 978-9251066751, 2010. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/013/i1820e/i1820e.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2025.
- FAO. The state of world fisheries and aquaculture. 209p., **Food and Agriculture Organization (FAO)**, Roma, Italia. ISBN: 978-9251072257, 2012. Disponível on-line em <http://www.fao.org/docrep/016/i2727e/i2727e00.ht>. Acesso em 15 de agosto de 2025.
- FILHO, A. P. *et al.* Levantamento socioeconômico da atividade pesqueira artesanal na vila do Sucurijú, Amapá, Brasil. **Bol. Téc. Cient. Cepnor**, v. 11, n. 1, p. 129-141, 2011.

HARVEY, D. **O espaço como palavra-chave**. Em *Pauta*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 15, p. 126-152, 2015.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Reunião do Grupo Permanente de Estudos sobre a piramutada, realizada em Belém de 26 a 29 de agosto de 1997**. Brasília: IBAMA, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 30 de agosto de 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Igarapé-Miri**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/igarape-miri.html>. Acesso em 26 de agosto de 2025.

LIMA, L. M. *et al.* Large hydroelectric projects in the Araguari river basin: territorialities, impact and resistance of Amapá's fishing (Amazon, Amapá, Brazil). **International Journal of Development Research**, v. 10, n. 08, p. 38681-38689, 2020.

LUCENA-FRÉDOU, F. *et al.* Atividade pesqueira artesanal no nordeste do Brasil. **Do Mar**, v. 374, 2021.

MARTINS, N. G. *et al.* Avaliação da atividade pesqueira numa comunidade de pescadores artesanais no Espírito Santo, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 15, n. 2, p. 265-275, 2015.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Bertrand Brasil, 2008.

MMA. **Relatório Programa REVIZEE**: Avaliação do potencial sustentável de recursos vivos na Zona Econômica Exclusiva. 302p., Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, Brasil. ISBN: 8577380270. 2006.

MOURÃO, K. R.; PINHEIRO, L. A.; LUCENA, F. Organização social e aspectos técnicos da atividade pesqueira no município de Vigia-PA. **Boletim do laboratório de hidrobiologia**, v. 20, n. 1, p. 39-52, 2007.

PARÁ. **Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008**. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Governo do Estado do Pará, 2008. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/176938>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PAZ, A. C.; FRÉDOU, F. L.; FRÉDOU, T. Caracterização da atividade pesqueira em Vila do Conde (Barcarena, Pará), no estuário amazônico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, p. 307-318, 2011.

RODRIGUES, J. C.; LIMA, R. A. Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências. **REVISTA NERA**, n. 51, p. 89-116, 2020.

SANTOS-FILHO, A. P., *et al.* Levantamento socioeconômico da atividade pesqueira artesanal na vila do Sucurijú, Amapá, Brasil. **Bol. Téc. Cient. Cepnor**, 11(1): 129-141, 2011.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*: . São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

SILVA, C. A. História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar eventos. **Revista Tamoios**, v. 11, n. 1, 2015.

SOMBRA, D. *et al.* Atividade pesqueira e produção do espaço na Amazônia Atlântico-Estuarina: Vigia de Nazaré, Pará, Brasil. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 4, n. 2, p. 77-98, 2022.

SOMBRA, D. **Subsunção do trabalho ao capital na atividade pesqueira paraense**: elites locais e contraespaços. 327 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ZACARDI, D. M. Aspectos sociais e técnicos da atividade pesqueira realizada no rio Tracajatuba, Amapá, Brasil/Social aspects and activity fisheries technical use in Tracajatuba River, Amapá, Brazil. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, v. 3, n. 2, p. 31-48, 2015.

ZACARDI, D. M. *et al.* Atividade pesqueira na região dos lagos, município de Pracuúba, Estado do Amapá, Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia**, v. 2, n. 1, p. 74-87, 2014.